MELINA SILVA ALVES

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS: UM OLHAR ATRAVÉS DA VIVÊNCIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA
2005

MELINA SILVA ALVES

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS: UM OLHAR ATRAVÉS DA VIVÊNCIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

PROFESOR ORIENTADOR
MESTRANDO RAFAEL ALENCAR FURTADO

DEDICATÓRIA

Para todas e todos que sonham e lutam em seu cotidiano por uma sociedade mais justa, igualitária e humana... Socialista!

AGRADECIMENTOS

Ao meu papai Jarbas e minha mamãe Maura por me fazerem ser quem eu sou, sem vocês eu nunca teria chegado até aqui. Vocês são meus exemplos de vida!

Aos meus irmãos lindos Leonardo e Nícholas por tornarem minha vida completa, cheia de brigas, alegrias, muito carinho e histórias pra contar.

A minha madrinha Luci por estar presente na minha vida e ter sempre um jeitinho especial de me ajudar na caminhada.

Ao meu Orientador Rafa por ter me auxiliado na construção desta “sonho-monografia” e contribuir na minha formação humana, de militante...Quem me orientaria senão você?! Muito, muito obrigada!

A minha amiga Aninha linda, que é a minha mamãe do Movimento Estudantil, sempre preocupada com tudo... Obrigada por ter me mostrado o caminho de um mundo de luta! Por todas as viagens inesquecíveis!

As/aos todas/todos companheiras/os que vienciaram o CAEF, em especial a Gis, Emy, Luis, Fer, Mi e Andressa, por resistirem com tanto carinho e amor!

As/aos todas/os companheiras/os que vivenciaram a Executiva, em especial, Aninha “priminha”, Breninho, Xis, Heitor, Carlãozinho, Adriano, Cazé, Paulinho, Marininha, Blanquete, Gui Pamps, Marcinho, Renato, Bugaloo, Can-Canguru e Nilinho...Vocês são as pessoinhas mais fofas que conheci neste mundo de luta!

Aos meus amigos de vida Bruninho e Sid... Como conseguiria me formar sem vocês?!

A Ná, minha amiga, professora da escola, da faculdade... Por me mostrar que a Educação Física na escola pode ser realmente crítica e superadora.

Ao coletivo do Projeto de Movimento Sociais e ao MST, que me fizeram acreditar que um outro mundo é possível. Em especial ao Fabi que me convidou no primeiro ano de faculdade a entrar para este lindo coletivo!

A Professora Astrid, que mesmo estando pouco tempo presente durante a minha graduação me ajudou a trilhar este caminho.

E para todas/todos aquelas/aqueles que trazem em suas vidas ideais de resistência e transformação. Muito Obrigada mesmo!!!!

EPÍGRAFE

Morte e Vida Severina
(João Cabral de Melo Neto)

-Seu José Mestre Carpina,
que diferença faria
se em vez de continuar
tomasse a melhor saída:
a de saltar , numa noite,
fora da ponte e da vida?
(...)-Severino retirante,
deixe agora que lhe diga:
eu não sei bem a resposta
da pergunta que fazia,
se não vale mais saltar
fora da ponte da vida;
nem conheço essa resposta,
se quer mesmo que lhe diga;
é difícil de entender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
essa que vê, severina:
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.
É que não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desafiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
com a de pouco franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.

SUMÁRIO

RESUMO.....vi

1. INTRODUÇÃO.....01

2. CAPITALISMO E NEOLIBERALISMO: A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE UMA NOVA TRABALHADORA E UM NOVO TRABALHADOR.....05

2.1 A AMÉRICA LATINA E O BRASIL: COMO ANDA O NEOLIBERALISMO?.....09

3. INCIDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO: O SISTEMA EDUCACIONAL SERVE A QUEM?.....13

3.1 ENSINO SUPERIOR: UNIVERSIDADES PÚBLICAS À VENDA!.....17

4. CONTEXTO DE APROVAÇÃO E DE RESISTÊNCIA: UM OLHAR ATRAVÉS DA VIVÊNCIA DE UMA MILITANTE.....20

5. DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA: CONTRAPOSIÇÃO DE PROJETOS ANTAGÔNICOS 26

6. APONTAMENTOS PARA DISCUSÃO.....32

REFERÊNCIAS.....36

ANEXOS.....40

RESUMO

Este trabalho surge da necessidade em se aprofundar a discussão sobre a Formação Superior em Educação Física, visto que estamos nacionalmente passando por uma reformulação curricular. Para tanto procuramos realizar uma análise de conjuntura mundial e nacional a partir da implementação das políticas neoliberais, aprofundando os desdobramentos destas no sistema educacional, no ensino superior brasileiro e mais intensamente na formação profissional em Educação Física. Após a realização da análise de conjuntura da sociedade atual, de suas bases econômicas, políticas e sociais e da análise da proposta do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) em confronto com as atuais Diretrizes para a Educação Física, concluímos que a proposta construída pelo MEEF representa uma contra hegemonia no processo de formação profissional para a área, pois é pautada em uma formação crítica e em um projeto de sociedade socialista, voltado para a superação do modo capitalista de produção.

Palavras chave: Políticas Neoliberais, Diretrizes Curriculares e Movimento Estudantil de Educação Física**.**

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surge da necessidade de se discutir a formação superior em Educação Física, pois estamos passando por um período de reformulação das Diretrizes Curriculares do Curso, o que significa ao mesmo tempo uma possibilidade de mudança ou de manutenção da atual proposta de Formação para o Ensino Superior da área. São momentos como este que possibilitam uma maior discussão e debate sobre a Formação Profissional nas Instituições de Ensino Superior que necessitam reformular seus cursos e repensar suas concepções.

Ao ingressar no Ensino Superior em 2002, deparei-me com um curso pautado em aprofundamentos, não sabia que ao entrar na faculdade teria que optar entre: esporte, lazer, academia ou licenciatura... Após um ano de curso para a surpresa de todas/todos o currículo muda novamente, frente às Diretrizes Curriculares que seriam aprovadas somente no ano de 2004, passamos então, no curso de Educação Física da UFPR, a ter que escolher entre licenciatura e bacharelado.

Para entendermos a proposição deste estudo, devo aprofundar um pouco a minha história durante a graduação. Logo no primeiro ano de faculdade, tive a oportunidade de participar de um Projeto de Extensão[1], neste projeto, os estudos e intervenções procuravam desenvolver a Educação Física contextualizada na realidade do Assentamento José Dias em Inácio Martins-PR, buscando uma Educação Física entendida a partir da Cultura Corporal[2].

---

[1] Projeto de Extensão Universitária do Programa Licenciar da Universidade Federal do Paraná, do curso de Educação Física, intitulado: Educação e Movimentos Sociais : uma intervenção da Educação Física.

[2] Coletivo de Autores (1992: 38) define Cultura Corporal como: “a que busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas.”

Dentro do projeto, pude viver a realidade da educação brasileira ao intervir com a Educação Física neste assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)... Entrei em contato com uma realidade adversa, que parecia ser tão distante da minha vida acadêmica, o que me permitiu repensar todos os meus valores e ideais.

Esta experiência me possibilitou entrar em contato com o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), momento quando iniciei minha participação no Centro Acadêmico de Educação Física da UFPR (CAEF UFPR) [3] que naquele ano foi a Comissão organizadora do XXIV Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF).

Após o XXIV ENEEF em Curitiba passei a fazer parte da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física[4]. O projeto de extensão e o MEEF me proporcionaram uma formação que se baseia em uma concepção crítica de pensamento e que me fez olhar para a Educação Física como parte da realidade brasileira e da realidade mundial, dentro do processo educacional. Este olhar me permite afirmar que esta realidade contraditória em que vivemos é imposta por uma estrutura pautada na desigualdade social e na divisão de classes e que não podemos ficar estáticos diante da mesma, acredito que possamos e devamos buscar transformar a realidade que nos cerca. Nós estudantes vivenciamos o processo de formação cotidianamente e necessitamos discuti-lo, não somos marionetes da formação profissional que nos é colocada ao entrarmos na universidade, podemos repensar suas diretrizes dizendo o que queremos e em que acreditamos, propondo alterações e outros caminhos que nos proporcionem realmente uma formação omnilateral.

Assim ao participar das discussões e construções do MEEF a cerca da formação profissional e da luta cotidiana do MST, passei a questionar a nossa própria formação, por entender que nenhum projeto de educação é desprovido de uma definição política de sociedade, portanto essa é uma preocupação que deve nortear de maneira explícita qualquer proposta de formação, com ênfase no

[3] Entidade representativa de estudantes de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, participei/participo das gestões, 2003, 2004 e 2005.
[4] Entidade representativa Nacional de estudantes de Educação Física, participei/participo das gestões 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006.

entendimento de tal proposta como meio para superação da lógica imposta pelo sistema vigente, capitalista que tem como base à exploração privada da força de trabalho da grande maioria da população.

Por estarmos constantemente nos questionando sobre a nossa formação, sobre os conflitos de classe, as contradições do sistema, a necessidade concreta de transformação da sociedade e a possibilidade de utilização da educação formal como um dos instrumentos de reversão da estrutura hoje vigente e a participação da educação física nesse processo, as/os estudantes organizadas/organizados no MEEF, vem elaborando contribuições para as Diretrizes Curriculares dos cursos de Graduação em Educação Física, com a intenção de intervir no processo e auxiliar a superar as contradições explicitadas na sociedade capitalista que se refletem, não mecanicamente, mas intensamente na área. Desta forma o problema a ser abordado nesta monografia é o seguinte: **A proposta de Diretrizes vigente e a proposta do Movimento Estudantil de Educação Física: quais projetos de formação e sociedade são defendidos?**

Traçamos nossa metodologia a partir do materialismo histórico dialético, buscando entender os fatos a partir do princípio da totalidade, de uma perspectiva historicamente construída. O caminho que será percorrido para a efetivação desta monografia de conclusão de curso se dará através de uma pesquisa teórica de análise de conteúdo no qual segundo Gonçalves (2003: 03) é a “expressão mais usada para representar o tratamento de dados em uma pesquisa qualitativa, além de fazer parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais”. Utilizaremos este caminho, pois entendemos que a partir dele conseguiremos contrapor essas duas proposições de Diretrizes Curriculares para a Educação Física e perceber as concepções de mundo e conseqüentemente de formação contidas em cada uma.

Acreditamos que não podemos realizar uma análise das Diretrizes Curriculares sem as contextualizar com a sociedade em que vivemos, com a estrutura social sobre a qual é construída a nossa formação; por isso organizamos a monografia em seis capítulos, sendo o primeiro a Introdução, de onde estamos dialogando, o segundo que realiza uma análise de conjuntura mundial e nacional a partir da implementação de políticas neoliberais, o aprofundamento destas políticas

neoliberais no sistema educacional e seus desdobramentos no ensino superior formam o terceiro capítulo; o quarto capítulo conta a história da aprovação das atuais Diretrizes Curriculares através da minha vivência no MEEF, o quinto se refere a contraposição entre a Proposta do MEEF e as atuais Diretrizes e no último capítulo, construímos nossos apontamentos para discussão, onde fehamos o nosso problema inicial dialogando com a realidade atual.

2. CAPITALISMO E NEOLIBERALISMO: A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE UMA NOVA TRABALHADORA E DE UM NOVO TRABALHADOR.

Para analisarmos a necessidade da formação de uma/um nova/novo trabalhadora/trabalhador para a sociedade atual, precisamos realizar uma análise do mundo do trabalho e sua organização dentro do sistema capitalista de produção e do aprofundamento das aplicações das políticas neoliberais em contexto mundial.

Ao realizarmos esta análise, podemos lembrar que principalmente nas duas últimas décadas presenciamos mundialmente o crescimento do desemprego estrutural, a precarização/intensificação na exploração do trabalho e a degradação do meio ambiente, sem que haja um projeto de renovação/sustentação das reservas naturais do planeta, isso para atender as necessidades do mercado, que é regido pela reprodução e acumulação do capital. Estes fatos são conseqüências e necessidades colocadas pelo modo capitalista de produção em mais uma de suas faces, o Neoliberalismo.

Segundo Anderson (1998: 147), o Neoliberalismo é “um modelo hegemônico, uma forma de dominação de classe adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas”. Esta forma de organização nasce logo após a II Guerra Mundial, em oposição à intervenção estatal mais forte e ao Estado de Bem Estar Social. Friedrich Hayek é seu teórico de origem, e traz em seus pensamentos segundo Anderson (1998: 09), um ataque à intervenção no mercado por parte do Estado, pois seria este um ataque a liberdade econômica e política, a liberdade do mercado.

Sabemos que na década de 1970 instala-se uma crise econômica de superprodução, causada pelo esgotamento do Estado de Bem Estar Social e do Modelo Fordista/Taylorista, implantados a partir da crise de 1929. Esse Estado de Bem Estar Social, que tem como base, uma intervenção do Estado no processo econômico-social, em políticas de assistências sociais, como o direito à saúde, à educação e ao seguro desemprego. E o modelo Fordista/Taylorista de produção que é pautado na racionalização das operações efetuadas, na padronização, na repetição e na decomposição de tarefas em uma base de produção mais rígida, para desta forma evitar desperdícios e aumentar o lucro. Este processo de produção

aprofundou a alienação do trabalho, pois acentuou a perda da visão da totalidade e da criatividade humana no processo de produção. O modelo Fordista/Taylorista de organização também tem a intenção de aumentar o poder aquisitivo da classe trabalhadora para que assim pudesse se ter clientes com maior capacidade de consumo das mercadorias em circulação.

Durante mais de 30 anos, a denominada, segundo Furtado (2003: 04) “era de ouro do capitalismo”, começa a mostrar seus limites, o mercado satura-se, a concorrência intercapitalista aumenta, a crise inflacionária e fiscal instauram-se, causando assim uma diminuição nos investimentos.

O Estado de Bem Estar Social começa a ser suprimido, frente a um conjunto de medidas que aprofundam a exploração das classes populares, o Neoliberalismo. Anderson (1998: 11) afirma que a solução para sair da crise seria então:

> “(...) manter um estado forte, sim, em romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o “bem-estar”, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos”.

Este receituário fica em evidência com a eleição de Thatcher em 1979 e de Reagan no ano seguinte. Em novembro de 1989, reúnem-se na cidade de Washington, nos Estados Unidos, funcionários do Governo e organismos financeiros internacionais: O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O objetivo do Encontro era o de realizar uma análise nas reformas econômicas em curso na América Latina. Deste encontro que não tinha caráter deliberativo, foram tirados alguns pontos em consenso conhecidos como: “Consenso de Washington”. Resumidos por Scherer (200: 17) da seguinte forma:

> “Disciplina fiscal através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2. Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra estrutura; 3. Reforma tributária que aplique a base a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos, progressividade nos impostos diretos; 4.Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5.Taxa de câmbio competitiva; 6.Liberalização do comércio exterior, com

> redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; 7.Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8. Privatização, com a venda das empresas estatais; 9.Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10.Propriedade intelectual."

Resumindo, o Consenso de Washington está calcado na desregulamentação dos mercados por parte do Estado, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado.

O BM e o FMI têm exercido uma função disciplinadora na organização mundial a partir da década de 1980, através da concessão de empréstimos e financiamentos especiais, elaboraram acordo com os países dito soberanos, com o objetivo de fixar metas e programas de desenvolvimentos político, social e econômico dos governos nacionais junto aos seus ajustes estruturais (BÓRON in: GENTILI, SADER 1998: sp). Essa relação enfraquece os países de periferia.

É importante salientar que uma das razões fundamentais para o triunfo da hegemonia neoliberal é a queda do socialismo na Europa Oriental e na União Soviética de 1989 a 1991, exatamente quando o neoliberalismo se expandia no ocidente, pois a vitória do capitalismo na Guerra Fria foi a vitória dos modelos dos governos Thatcher e Reagan nos anos 1980 (ANDERSON 1998: 17).

Ao mesmo tempo em que avança o neoliberalismo, a pobreza cresce imensamente nos países ditos de "terceiro mundo", mas não só neles. A desigualdade aumenta principalmente entre os próprios pobres, há uma "pauperização da pobreza" (ANDERSON,1998: 143). A degradação aprofundada após a aplicação de ideais neoliberais fica evidente.

Tratamos até aqui principalmente de questões que abrangem o universo econômico do Neoliberalismo, mas este universo não se restringe a isso, as relações humanas também são permeadas por este pensamento, a necessidade de consumo de produtos supérfluos, é um dos exemplos das necessidades criadas pelo capitalismo atual. Passamos por um momento de globalização, a cultura dos povos também é comercializada e principalmente padronizada. A individualização das relações sociais, a culpabilização do indivíduo por não atingir padrões em sua vida, passa a ser natural, já que todas e todos têm oportunidade de solucionar problemas, basta se esforçarem e se capacitarem para tal.

Assim concordamos com Nozaki (2004: 95), quando afirma que

> “a formação do trabalhador de novo tipo pressupõe a dimensão do trabalho, baseado no modelo de competências, bem como a dimensão da formação para as mudanças gerais no mundo do trabalho, calcadas em sua precarização, o que implica a exigência do atributo da empregabilidade”,

que seria “uma capacidade flexível de adaptação individual as demandas do mercado de trabalho” (GENTILI, 1996: sp).

As competências passam a ordenar as relações de trabalho, são colocadas como padrão a serem atingidos, como “resultados”, dentro do processo de amoldamento das trabalhadoras e dos trabalhadores à nova ordem social. Os indivíduos são obrigados a adaptar-se a nova realidade para manter seus empregos, mesmo que não consigam se inserir no mundo do trabalho, já que o aumento e a manutenção do exército de reserva, que fragiliza e fragmenta a classe trabalhadora perante o mercado, são partes integrais e necessárias para manter a ordem neoliberal em contexto mundial.

2.1 A AMÉRICA LATINA E O BRASIL, COMO ANDA O NEOLIBERALISMO?

“Eu digo o que vejo na madrugada
Nos guetos, no morro, no chão, na calçada
São tantas mentiras e hipocrisia
É falta de pão e barriga vazia
São sonhos desfeitos e lamentação
Meninos, crianças com arma na mão”.
(Rastaman - Adão negro)

Nos últimos 15 anos a América Latina tem vivido o crescimento de seu quadro caótico ocasionado pela aplicação de políticas neoliberais, o mercado é aberto para produtos importados, há a redução das tarifas alfandegárias, ocorre a privatização dos bens públicos, direitos passam a ser vistos como produtos a serem adquiridos no mercado. O desemprego e o empobrecimento das condições de trabalho se agravam. A invasão das multinacionais e a obrigação do cumprimento de objetivos impostos pelos organismos de economia mundial (FMI e BM), pioram a situação econômica na América Latina.

Não podemos falar sobre o processo de aprofundamento do Neoliberalismo mundial e principalmente na América Latina sem tocar no assunto da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. O processo de implementação da ALCA iniciou em 1994, e tenta criar uma zona de livre comércio em todo o continente americano. Coggiola (2003: sp), afirma que o secretário de Estado do Governo Bush, Colin Powell disse que “Nosso objetivo com a ALCA é o de garantir para as **multinacionais norte-americanas o controle de todo o território** [5], desde o Pólo Ártico até a Antártida”. Através de declarações como essa podemos dizer que a ALCA não é um projeto de integração, e sim um projeto de subordinação ao capital financeiro internacional. É como achar que uma pequena vendinha de produtos caseiros (América Latina), poderia competir com uma grande rede de Supermercados (EUA e Canadá)... Neste sentido significa dizer que a ALCA na verdade é um “Tratado de Livre Ocupação da América Latina” (COGGIOLA, 2003: sp).

O que vemos hoje é a destruição da vida de milhares de pessoas, o desemprego formal no Brasil, por exemplo, cresceu 3,3 milhões só no Governo de

[5] Sem grifo no texto original.

Fernando Henrique Cardoso (FHC), sem contar os empregos informais. Na Argentina o desemprego atinge 14% da população. (Coggiola,1999: sp). Esta é a realidade na América Latina, crescimento da pobreza, do desemprego e da exploração.

E no Brasil, além do aumento do desemprego, o que anda acontecendo? Vivemos hoje em um país de desigualdades sociais, de contradições, onde temos uma minoria no poder que dita as regras para manter a ordem social vigente, e uma maioria que se encontra em estado de miséria social, sem acesso a condições básicas de sobrevivência como moradia, alimentação, educação e saúde. Passamos por um momento de fragilidade, nossos direitos são tratados como serviços não só prestados, mas que devem ser adquiridos na estrutura e na lógica do mercado, há uma privatização dos direitos da população. Há pouca resistência frente ao aprofundamento de tanta exploração, e colaborando com esta realidade, encontramos no Brasil um governo eleito que tem na história de seu partido, a construção de uma trajetória democrática popular mas que demonstra na prática continuar aprofundando políticas públicas neoliberais que já vêm sendo implementadas no país com maior intensidade na última década.

Esta realidade social é conseqüência da forma de organização do sistema capitalista de produção, pautado na acumulação de capital, obtida através da exploração do trabalho da classe oprimida, assalariada, pela classe dominante, detentora dos meios de produção necessários para suprir as necessidades humanas. Assim configura-se uma estrutura social na qual encontramos duas classes distintas e opostas, a classe burguesa e a classe trabalhadora.

Neste quadro político, econômico e social de sofrimentos e contradições no qual:

> “O capital é, simultaneamente, potência material e social que organiza a produção e estrutura de dominação, ensejando a reprodução da sociedade do modo que melhor lhe convém (...) com vistas a manter-lhes a hegemonia” (RODRIGUES, 1991: 33).

Concordamos com Nozaki (2004: 01), quando afirma que a fase em que se encontra o desenvolvimento do modo de produção capitalista “traz para a humanidade angústias em relação às possibilidades civilizatórias”.

A aflição da população brasileira é grande, passamos por quinze anos de implementação de políticas neoliberais, governo Fernando Collor, a “era FHC” e agora o Governo de Luis Inácio Lula da Silva.

> “Os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários” (BOITO JR, 2003: 11).

O atual governo vem então, aprofundando as políticas de FHC, que entre 1995 e 2002, tratou as políticas públicas de acordo com os interesses do mercado, privatizando o que era público, desmontando e sucateando ainda mais o sistema de educação e saúde, arrancou direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, aumentou o exército de reserva, tratou com descaso todos os nossos direitos sociais.

FHC não conseguiu implementar algumas reformas, que estão passando dentro do Governo Lula. Logo de início podemos citar a Reforma da Previdência, já aprovada, que tirou da classe trabalhadora direitos historicamente conquistados, com o discurso de que as/os trabalhadoras/trabalhadores do serviço público tinham privilégios em relação aos do serviço privado, ou seja, ao invés de estender essas conquistas para as condições de aposentadoria para todas/os, tira-se o direito de alguns, tratando um direito como privilégio a ser eliminado.

> “Em governos de conciliação de classe, como é o caso do governo Lula, ou de frente popular, em que alianças amplas com a burguesia são formadas, estabelecem-se fissuras e impossões nos organismos em decorrência de atitudes e posições não só na base das organizações, mas principalmente das próprias direções que se colocam em posição colaboracionista” (TAFFAREL, 2003: 17).

O Governo Lula conseguiu fragmentar ainda mais a classe trabalhadora. Para se eleger realizou as mais diversas alianças com a “direita organizada” no país, traindo a classe trabalhadora, esquecendo de suas promessas e valores construídos dentro de um partido que hoje no poder representa os interesses da burguesia nacional e mundial, um governo hegemonicamente neoliberal.

> “É certo de que o Governo Lula está traindo os trabalhadores, na medida em que não faz nada para cumprir a promessa de campanha e contemplar a grande aspiração por emprego, terra, moradia, salários e melhores condições de vida. Porém, ao mesmo tempo, a situação é complexa, porque o governo pode se valer, para consumar essa traição, das ilusões e dos limites políticos e ideológicos dos próprios setores populares, que imaginam ser possível obter todos aqueles direitos e melhorias dentro do próprio modelo capitalista neoliberal. O governo fez alianças e acordos com partidos conservadores, com os bancos, e com a mídia na campanha eleitoral e capitulou diante do FMI” (BOITO JR, 2003: 35).

Neste contexto de precarização do trabalho, o enfraquecimento dos organismos de classe, com a produção de uma cultura de caráter massificador individual e consumista, papel central tem a educação que apresenta como principal eixo a formação central da trabalhadora e do trabalhador que atenda as necessidades do mercado, sem questionar ou criticar, preocupado unicamente em sobreviver (FURTADO 2003: 10).

Nos próximos capítulos iremos aprofundar a questão da precarização da educação no Brasil e as Diretrizes Curriculares neste contexto educacional.

3. INCIDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO: O SISTEMA EDUCACIONAL SERVE A QUEM?

“Educação não é mercadoria” [6], é o que afirmamos em espaços de luta contra a Educação neoliberal, mas que políticas são essas que transformam a Educação em mercadoria? Podemos afirmar que necessitamos conhecê-las muito bem para podermos enfrentá-las e superá-las.

Hegemonicamente, o Neoliberalismo é visto como única saída para a crise instaurada no sistema capitalista de produção. As teorias de uma educação neoliberal começam então a permear também o espaço educacional. A nova forma de organização do mercado de trabalho torna necessária uma nova forma de se pensar a educação, que continue a formar trabalhadoras/trabalhadores, adestradas/adestrados e subordinadas/subordinados os aos interesses da burguesia.

A reestruturação da educação procura a qualificação de uma/um nova/novo trabalhadora/trbalhador atento à “integração, a qualidade e a flexibilidade, que se constituem como elementos chave para dar os saltos de competitividade e produtividade” (FRIGOTTO, 1999:43).

Para o Neoliberalismo é imprescindível que em nosso cotidiano tenhamos afirmados valores de competição e individualismo, qualquer necessidade pautada coletivamente seria o mesmo que passar por cima de direitos individuais, de desejos pessoais, ferindo desta forma a necessidade de cada um. Estamos diante de uma lógica que prega que todos temos condições e liberdade para fazer o que queremos; atingirão seus objetivos os melhores, terão emprego os mais qualificados...

Qualquer pessoa em sã consciência deveria defender os ideais neoliberais como única proposta possível nas mais diferentes esferas, política, cultural, educacional ou econômica. Faz-se necessário que uma nova forma

---

[6] Bandeira de Luta do Movimento Estudantil de Educação Física. Reafirmada no último Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física, em Salvador-BA.

hegemônica de organização do Estado seja implementada, para que o mercado possa impor livremente suas forças, sem a interferência do Estado. A afirmação comum deveria ser a de que o receituário neoliberal fosse aceito como única saída para todos os problemas estruturais (GENTILI, 1996: sp).

Um discurso é incorporado na sociedade e implementado através de Políticas Públicas. Se a educação funciona mal, é porque está nas mãos do Estado, é um problema político ocasionado pela falta de competição e pela burocracia do Estado dentro do próprio sistema educacional. É preciso que a lógica das competências seja implementada, é preciso se adaptar à realidade do mercado, é preciso que a educação seja mercadoria para se ter qualidade. Caso nada disso ocorra, a educação continuará piorando. Só o mercado pode gerar eficiência para a educação, pois ele é flexível e a educação também precisa ser, é indispensável que se desenvolva um sistema de castigos e premiações, de avaliações pautadas na “meritocracia” e no esforço individual. Não há como melhorar a educação sem a existência de concorrência, sem a intervenção do mercado, sem a desvinculação do Estado.

> “A crise educacional se deriva, fundamentalmente, de que os sistemas institucionais dependentes da esfera do Estado (da política) não atuem eles mesmos como mercados. Isto ocorre, segundo a perspectiva neoliberal, no campo da saúde, no campo da previdência, das políticas de emprego e também, é claro da educação” (GENTILI, 1996 sp).

A educação colocada na esfera do mercado transforma cada ser humano em comprador, em consumidor, em cliente. Educação como direito? Nada disso, o público torna-se privado, nós clientes de uma educação afirmada enquanto mercadoria. Privatizar é a palavra de ordem, a crise educacional é culpa dos indivíduos, dos professores preguiçosos, dos estudantes que não se esforçam, da escola não valoriza o conhecimento. O problema é individual, mais uma vez está clara a necessidade da existência de competição mercadológica para a “requalificação” da educação e dos indivíduos.

Os neoliberais afirmam que a educação deve se submeter às necessidades do mercado, ao mundo dos empregos, apesar de que sabemos que esta subordinação não garante o emprego de ninguém. A educação tem o papel de permitir que cada um lute por seu emprego, e somente os mais preparados atingirão tal objetivo. No entanto temos claro que o desemprego hoje é estrutural e necessário para manter a sociedade capitalista neoliberal, nunca haverá empregos para todas as pessoas na sociedade em que vivemos hoje. Souza Jr (2002: sp) afirma que passamos por um momento em que:

> "Crescem os índices de desemprego, não mais como um fenômeno circunstancial, mas como aspecto estrutural da nova fase de acumulação (...) o alto desenvolvimento científico e tecnológico movimentado pela concorrência, situado dentro da racionalidade do capital, aprofunda a situação do desemprego. É toda uma cadeia sistêmica que orienta pela racionalidade da acumulação, que tem acelerado o processo que marginaliza e exclui grandes parcelas de indivíduos. È neste contexto que perdem terreno valores como democracia, bem público, bem-estar social, tão caros as classes trabalhadoras".

O Estado neoliberal é "mínimo quando deve financiar a escola pública e máximo quando define de forma centralizada os conhecimentos que devem circular pelos estabelecimentos educacionais" (GENTILI, 1996: sp). A autonomia do coletivo que compõe a escola e principalmente dos professores na construção do conhecimento, no processo de organização pedagógica, são retiradas; avaliações são impostas da forma mais vertical possível. É máxima a centralização do conhecimento e mínimo o financiamento para manter a educação. As reformas no sistema educacional se tornam imprescindíveis, para que finalmente a educação passe para a esfera do mercado e deixe de ser direito.

Analisamos as políticas neoliberais para a educação com um olhar de superação. Consideramos necessário que a Educação deixe de ser usada como parte da ideologia burguesa e passe a ser utilizada pela/para a emancipação da classe trabalhadora,

> “(...) a elevação do nível cultural das massas (...) A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: um momento negativo consiste na crítica da concepção dominante (a ideologia burguesa); e um momento positivo que significa: trabalhar o senso comum de modo a extrair o seu núcleo válido (o bom senso) e dar-lhe expressão elaborada com vistas a formulação e uma concepção de mundo adequada aos interesses populares” (SAVIANI,1985: 11).

Precisamos que os países denominados de periferia, como o Brasil, enfrentem a lógica de educação neoliberal imposta pelos organismos de financiamento mundial (FMI e BM). Necessitamos que um sistema educativo realmente crítico e democrático seja construído, necessitamos de um projeto educacional que rompa com a ordem vigente, que rompa com os interesses do capital.

No entanto vemos que a educação superior também se pauta na mesma lógica neoliberal que apontamos até agora. No próximo capítulo iremos ver no Brasil, como o ensino superior que deveria ser público e de qualidade, pautado em princípios de ensino pesquisa e extensão, está sendo colocado a venda, dentro da lógica do mercado.

3.1 ENSINO SUPERIOR: UNIVERSIDADES PÚBLICAS A VENDA!

"Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar.
É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário.
E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence".
(Privatizado – Bertold Brecht)

O Ensino Superior Público está com os seus dias contados. As universidades públicas têm sofrido um processo de desmonte principalmente durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, e que agora se aprofunda com o Governo Lula.

Primeiramente consideramos necessário discutir o que deveria ser uma universidade e como ela está sendo vista hoje em nosso país, para entendermos o processo de privatização que estamos enfrentando diariamente.

A universidade é uma instituição social e demonstra em sua realidade a estrutura da forma de funcionamento da sociedade em que está inserida. No interior das universidades encontramos opiniões diferenciadas e conflitantes que exprimem as contradições presentes em nossa sociedade. As transformações ocorridas na sociedade são acompanhadas pela universidade, é a estrutura social que determina o andamento das universidades, portanto se nos encontramos em um momento de aprofundamento de políticas neoliberais, vemos as instituições de ensino superior refletirem este processo (CHAUÍ, 2003: sp).

Universidade Pública, autonomia frente ao Estado, a religiões, uma instituição democrática que deveria universalizar o saber produzido pela humanidade. No entanto o que vemos hoje, é esta mesma instituição sendo transformada em uma organização social, que se situa no setor de serviços e não no de direitos. Diferentemente de uma instituição, uma organização social ao invés de tentar superar contradições existentes na sociedade, tenta vencer, tornar-se referência através de um processo competitivo instalado por objetivos particulares,

objetivos fomentados pelas necessidades do mercado, pela produção científica advinda do setor privado.

O que vivemos nas nossas universidades, é a lógica de produtividade, temos que produzir pesquisa em grande quantidade, mas em pouco tempo. A qualidade da docência é medida com a quantidade de publicações. O programa de Gratificação e Estimulo a Docência “GED”, é exemplo de um programa que incita a competitividade entre os professores e insere a lógica da produtividade nas universidades públicas federais.Professoras/professores e estudantes são ranqueados. A transmissão de conhecimento está muito mais para um adestramento voltado ao atendimento dos organismos de financiamento internacional que insistem em aplicar sua “cartilha” para a educação no nosso ensino.

Formação crítica...Será que isso ainda existe no ensino superior hoje? Não há tempo para reflexão, para pensamentos críticos, pois a lógica produtivista instaurada também pede a redução do tempo de graduação, mestrados e doutorados. Tudo devidamente avaliado pelo governo. Em quanto tempo produzimos e quanto foi gasto? O que interessa ao setor privado é isso mesmo, o quanto foi gasto.

Mais uma lei aprovada pelo atual governo demonstra isso, A Lei de Inovação tecnológica, que joga a nossa pesquisa nas mãos dos interesses do Setor Privado, através de parcerias com empresas e a perda do interesse público e a referência social sobre a ciência. Então quando:

> “Permitem o repasse de parte significativa dos parcos recursos públicos, no primeiro caso para instituições particulares e, no segundo, para empresas ou para laboratórios universitários que produzirão serviços para as empresas, um circuito fechado na esfera privada” (ANDES, 2005: 02).

A ciência não é mais uma teoria com aplicação prática acaba por ser parte também do próprio capital, pois serve as exigências do mercado e não as necessidades da sociedade (CHAUÍ 2003: sp).

Então observamos e vemos o atual governo propondo-se a realizar uma Reforma Universitária... E este Governo diz que a mesma ainda não foi aprovada,

pois o chamado Anteprojeto[7] encontra-se em tramitação. Mas sabemos que grande parte da reforma já está em vigor; o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que aprofunda o caráter regulador para adequação ao modelo neoliberal de educação proposto ainda no governo FHC; o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que promove a compra de vagas em faculdades particulares através da isenção fiscal (com os R$ 3 bilhões dos cofres públicos injetados no programa foram criadas 80 mil vagas no ensino particular, se o gasto fosse realizado com o ensino público mais de 300 mil teriam sido criadas) SINAES, PROUNI e Lei de Inovação Tecnológica, também fazem parte da Reforma Universitária e são medidas já aprovadas, o denominado Anteprojeto será só a parte final da Reforma, e se aprovado, fechará o processo de privatização do ensino superior público.

> "São brutais e perversos os efeitos sociais provocados pelas reformas impostas pelos agentes financeiros internacionais (...) a nova ordem desejada pelo capital, a construção de uma nova hegemonia, a produção de consensos em torno das reformas em curso só podem ser feitas à custa de um violento processo de amoldamento subjetivo: a perda de direitos sociais à cidadania pelo convencimento de que se produzirá um mundo tecnologicamente desenvolvido" (TAFFAREL 1999: sp).

Após dois governos FHC esperávamos que o Governo Lula voltasse a Universidade para a classe trabalhadora, que realizasse uma reforma que a tornasse realmente pública, gratuita de qualidade e socialmente referenciada, pautada no tripé ensino pesquisa e extensão, mas o que o governo está colocando em prática é o fim da gratuidade, da qualidade, da extensão e mais do que nunca a pesquisa a serviço do mercado. Podemos afirmar que "as Universidades Públicas brasileiras estão à venda", cabe aos mais diversos Movimentos Sociais Populares organizados, continuarem lutando contra este processo de mercantilização da educação, pois somente ações concretas podem resistir a mais este ataque de políticas neoliberais às nossas universidades.

[7] Anteprojeto é o que o governa chama de Projeto de Reforma Universitária e até o momento está em sua terceira versão e em processo de aprovação no Congresso.

4. CONTEXTO DE APROVAÇÃO E DE RESISTÊNCIA: UM OLHAR ATRAVÉS DA VIVÊNCIA DE UMA MILITANTE

"Quem tem consciência pra ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste".
(Primavera nos Dentes – Secos e Molhados).

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Física no Brasil foram aprovadas em 31 de março de 2004, Resolução nº 7 CNE de 05 de abril de 2004 (anexo).

O Movimento Estudantil de Educação Física de forma organizada tem resistido ao processo de mercantilização da/do professora/professor de Educação Física através de discussões e ações realizadas nas duas últimas décadas. Minha participação na discussão de Diretrizes Curriculares no MEEF se restringe aos anos de 2003, 2004 e 2005, participação iniciada no Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física de 2003 em Curitiba, quando assumi pela primeira vez a nominata da ExNEEF. Será através do olhar de uma militante que participou das discussões referentes ao processo de reformulação das Diretrizes Curriculares para a Educação Física que dialogaremos sobre o contexto em que foram aprovadas as atuais diretrizes e como se deram as ações do Movimento Estudantil após a sua aprovação.

Em 2003 tínhamos no Conselho Nacional de Educação aprovado o parecer 138/02 do CNE/CES[8] que vogaria pelas diretrizes para os cursos de Educação Física do Brasil. Após grande resistência dentro da Educação Física frente a este parecer, uma nova Comissão de Especialistas foi formada e teve o trabalho de apresentar um novo parecer para as Diretrizes Curriculares.

Em dezembro deste mesmo ano, o MEEF reunido em Goiânia em seu Conselho Nacional de entidades de Educação Física (CoNEEF), que aglutina os

[8] Para maior análise do parecer FURTADO, Alencar Rafael. **Diretrizes Curriculares para a Educação Física: A Formação Profissional em questão** .Monografia de conclusão de curso em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná, 2003.

Centros e Diretórios Acadêmicos de todo o Brasil, decide mudar a sede deste mesmo CoNEEF de Goiânia para Brasília, para que assim fosse possível acompanhar as Audiências Públicas referentes à discussão das Diretrizes Curriculares realizadas nos dias 15 e 16 de dezembro de 2003 em Brasília.

A Comissão de Especialistas da SESu/MEC, responsável por apresentar proposta de resolução formulada para as Diretrizes, era composta por SESu/MEC (01), CBCE (01), CONFEF (01), INEP (02), totalizando 05 membros, apresenta a proposta da Comissão pautada na fragmentação da profissão e que foi afirmada como um consenso possível dentro da área.

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) ao coadunar com a proposta da Comissão de Especialistas, apresentou recuo nas discussões referentes à formação profissional e desconsiderou a posição do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Formação Profissional e Mundo do Trabalho, que se colocou contra a proposta da Comissão de Especialistas, como podemos averiguar no documento denominado “Carta de Vitória”, construído em reunião do referido GTT no dia 14 de dezembro de 2003 (anexo).

Nós as/os estudantes de Educação Física, representados pela ExNEEF na audiência pública nos posicionamos criticamente em relação à proposta de resolução, afirmando a não existência de um consenso possível dentro da área e o que estava colocado era um falso consenso, que significava um retrocesso para as discussões dentro da Educação Física, centrando os cursos de Educação Física na mesma lógica de privatização e formação para o mercado, instaurada na educação hoje. Defendemos também nesta audiência a Licenciatura Ampliada e um processo aberto de discussão para as Diretrizes com fóruns regionais e nacionais de discussão, pra que a discussão não ficasse restrita a Comissões de Especialistas. Fomos convidados a compor a Comissão de Especialistas durante a audiência, mas não aceitamos devido à restrição das discussões e também porque legitimaríamos a construção de um falso consenso dentro da área, ferindo assim a história de luta do MEEF e as deliberações de suas instâncias.

Nos propusemos então a realizar uma discussão ampla e mobilizar as/os estudantes para o próximo período de enfrentamentos. A Comissão de

Especialistas acabou composta da seguinte forma: SESu/MEC (01), CONFEF (01), CBCE (01), Ministério do Esporte (01).

Em 31 março do ano seguinte são aprovadas as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Física do Brasil, que fragmentaram o curso e foram pautadas em uma proposta de formação retrógrada que forma a trabalhadora e o trabalhador em Educação Física dentro do ideário neoliberal de educação e sociedade.

Posicionamo-nos veementes contrários as novas Diretrizes e iniciamos um processo de luta para a revogação das mesmas. Em nosso Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física de 2004, realizado no Distrito Federal, de 24 a 31 de julho, na Universidade de Brasília, organizados e mobilizados, deliberamos em nossas instâncias, realizar uma ação concreta que pressionasse o processo de revogação das Diretrizes e possibilitasse a rediscussão de formação dentro da nossa área.

No dia 30 de julho, reunidos em Brasília, ocupamos[9] o Conselho Nacional de Educação, com mais de 300 estudantes para exigir a revogação das Diretrizes Curriculares. O ato público deu visibilidade para a nossa luta e para as nossas discussões, pois não compactuamos com o falso consenso que possibilitou a aprovação das atuais Diretrizes, sendo assim de resistência a nossa posição frente à realidade colocada. A Imprensa compareceu, o que possibilitou o conhecimento da população sobre a nossa ação (reportagens dos jornais locais em anexo).

Passamos o dia em Discussão no Conselho Nacional de Educação, apresentamos a nossa pauta reivindicatória (anexo), e nos retiramos ao final do dia, ao avaliarmos em coletivo no movimento que seria esta a nossa melhor opção dentro das limitações em que estávamos submetidos pois chegávamos ao final do ENEEF. Marcamos reuniões com o CNE para que continuássemos o diálogo a partir das deliberações do MEEF.

[9] Usamos o termo ocupar, pois entendemos que invadir significa tomar algo de alguém a força, e aqui estamos falando sobre a entrada em um espaço público, consideramos uma ocupação ato de resistência e pressão frente ao nosso objetivo que era a revogação das Diretrizes Curriculares.

Foi este Ato Público, uma ação organizada que possibilitou as reuniões com o Conselho Nacional de Educação, as quais não acreditamos que possam modificar a realidade concreta, pois não avançam na real proposta de revogação das Diretrizes, mas atendemos a agenda de reuniões para de alguma forma continuar as discussões e o enfrentamento que o MEEF vem se propondo a realizar.

Foram duas reuniões após a ocupação no ano de 2004, sem avanço ou ganho substantivo, nos dias 03 de agosto e 14 de setembro de 2004. No dia 21 de março de 2005 tivemos outra reunião, na qual além da ExNEEF, o CBCE também esteve presente e apesar de também afirmarem a necessidade da reabertura das discussões referentes as Diretrizes Curriculares, não avançam em relação a Audiência Pública de 2003, pois não defenderam a Licenciatura Ampliada como única possibilidade de formação para a Graduação em Educação Física. Aqui nos deparamos novamente com a total burocracia burguesa do Estado Brasileiro, mas não será esta burocracia que impedirá o Movimento de caminhar em resistência. Nesta reunião, defendemos os fóruns de discussão do próprio movimento relativo as Diretrizes Curriculares, por entendemos que é o Estado quem deve financiar estes fóruns de discussão, apresentamos o projeto de um Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares, construído pela ExNEEF, com os seguintes objetivos:

> "Constatar, analisar, explicar e levantar possibilidades para a avaliação e reestruturação dos cursos de formação de professores de Educação Física no Brasil. Envolver no debate estudantes, no intuito de esclarecer, organizar e propor elementos para o currículo local e nacional, como professores e técnicos administrativos dos cursos e instituições federais de ensino superior na região realizada. Elaborar a partir do evento contribuições criticas a serem publicadas, sobre avaliação e reestruturação curricular dos cursos de educação física: realidade e possibilidades" (Projeto Seminário Nacional Interativo de Diretrizes Curriculares: 06).

O Seminário Nacional, que foi nomeado **"Seminário Nacional Interativo de Diretrizes Curriculares: Contribuições do Movimento Estudantil de Educação Física"** não foi financiado em sua totalidade, somente as passagens e as diárias dos palestrantes foram subsidiadas pelo Ministério da Educação e Cultura, o que nos possibilitou realizar três Seminários, sendo estes:

1. Belém/PA, nos dias 21 e 22 de maio de 2005, na Universidade Estadual do Pará.
-Palestra: A Formação de Professores de Educação Física: Realidades e Possibilidades – A Cultura Corporal como objeto de estudo.
-Mesa Redonda: A Posição do CNE (Comissão de Especialistas), da LEPEL (Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física Esportes e Lazer) e do MEEF frente às Diretrizes Curriculares.
-Mesa Redonda: Avaliação: Organização do Trabalho Pedagógico Construindo o Campo e a Crítica.
-Mesa Redonda Regulamentação e Mundo do Trabalho.

2. Goiânia/GO, no dia 08 de junho de 2005, na Universidade estadual de Goiás.
-Mesa Redonda: Campos de trabalho da cultura corporal e regulamentação da profissão.

3. João Pessoa/PB, nos dias 21 e 22 de julho de 2005, na Universidade Federal da Paraíba.
-Mesa Redonda: Campos de trabalho da cultura corporal e regulamentação da profissão.
-Mesa Redonda: Contribuições à discussão de diretrizes curriculares da Educação Física

Após a realização dos Seminários, aconteceu o nosso XXVI ENEEF, de 05 a 12 de agosto na Universidade Federal da Bahia em Salvador, que teve em sua temática a discussão de formação humana. Desta vez as ruas de Salvador foram o palco para estudantes de Educação Física de todo o Brasil pedirem entre outras pautas a revogação das atuais Diretrizes Curriculares. Mais uma vez, na plenária final do encontro que é a maior instância deliberativa do MEEF afirmamos nosso posicionamento de luta pela revogação das atuais Diretrizes Curriculares e em defesa da proposta do MEEF para a formação superior em Educação Física.

Precisamos do apoio de mais setores da Educação Física, por isso hoje o MEEF continua realizando discussões referentes às Diretrizes Curriculares, defendendo sua proposta que é apoiada pela LEPEL (Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer da Universidade Federal da Bahia). Esperamos ainda que a nova gestão do CBCE (2005-2007) tome frente às Diretrizes Curriculares, um posicionamento realmente crítico e combativo, pois é o mínimo que esperamos da entidade científica da área.

Continuaremos realizando discussões e mobilizando o MEEF. Daremos continuidade ao Seminário Nacional Interativo de Diretrizes Curriculares para que este possa ser realizado nas regiões ainda não contempladas, reafirmamos e reafirmaremos nossos posicionamentos e a nossa proposta de Diretrizes Curriculares que será apresentada no próximo capítulo, junto das Diretrizes Curriculares vigentes.

5.DIRETIRZES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA: CONTRAPOSIÇÃO DE PROJETOS ANTAGÔNICOS

Nas duas últimas décadas o MEEF vem discutindo a formação profissional em Educação Física, o que culminou em 2003, no XXIV ENEEF em Curitiba, na consolidação de uma proposta de Diretrizes Curriculares[10] (anexo), pautada em princípios que apresentaremos realizando os mesmos recortes para contraposição nas DC atuais.

Para iniciarmos esta apresentação, sempre pontuada pelo nosso olhar referente à formação profissional. Lembrando o contexto de discussões das DC até sua aprovação, vemos que em sua grande maioria, a discussão foi realizada de forma fechada dentro das Comissões de Especialistas, sem abertura do debate dentro da área; fóruns de discussão amplos sobre as DC necessitam ser realizados, para que a proposta de formação em Educação Física seja discutida e construída democraticamente, todas/todos devem estar envolvidos neste processo, a discussão deve ser realizada regional e nacionalmente.

Uma proposta curricular deve constantemente se questionar sobre algumas questões: qual projeto de sociedade, educação, universidade e de mulher e homem que defende? Toda opção se configura em uma opção política, uma proposta curricular nunca será neutra, pois suas opções frente à realidade determinarão concepções de educação, formação e sociedade. Quando escutamos o discurso de “neutralidade científica” dentro da construção curricular, temos a certeza que de se trata de um discurso hipócrita, pois sabemos que não existe produção científica descolada dos interesses de classe que permeiam as relações sociais. Ao questionar-se sobre estas questões, sobre suas concepções, o MEEF construiu sua proposta para as DC, e hoje coloca em prática o Seminário Nacional Interativo de Diretrizes Curriculares se propondo a discutir amplamente sua proposta na sociedade.

[10] Neste e no próximo capítulo abreviaremos Diretrizes Curriculares em DC, pois utilizaremos constantemente este termo.

Inicialmente já podemos notar uma grande diferença na proposta do MEEF que traz a unidade na profissão, a Licenciatura Ampliada, como base para os cursos de Graduação em Educação Física. As atuais DC têm a fragmentação da profissão, a divisão já na graduação entre licenciados, que são aqueles que podem atuar na área formal (escola) e os bacharéis, que pertencem à área não formal (lazer, academia, treinamento, etc).

A especialização precoce e a fragmentação de classe são claros ideais neoliberais para a educação, hegemonicamente defendidos hoje em nossa sociedade. Na contramão o MEEF vem propondo a unificação da classe e a formação em Licenciatura Ampliada como forma de resistência. A defesa da licenciatura ampliada é feita pois o MEEF entende que em qualquer local em que a/o profissional de Educação Física atue, a prática pedagógica estará presente, o ensino/aprendizagem permeia a nossa relação profissional, seja na área formal ou não formal.

Na sua proposta o MEEF traz como matriz científica para a Educação Física a história do homem e da natureza, tendo o trabalho como categoria fundante do ser humano e como princípio educativo, entendendo que é através do trabalho que o ser humano se diferencia dos demais animais, pois tem a condição de modificar a natureza através de suas próprias ações. Entende também Educação Física através da cultura corporal, com base Materialista Histórica Dialética. Já nas atuais DC encontramos a Educação Física entendida pela perspectiva do movimento humano e da conduta ética, sabemos que tal ética é balizada pelos valores presentes em nossa sociedade, construídos dentro do conflito de classe, em que uma minoria sobrepõe seus interesses explorando a maioria da população.

Na questão que envolve a atuação profissional, o MEEF entende que a atuação do licenciado em Educação Física se dará através da compreensão crítica da realidade por meio das manifestações da cultura corporal; ao olharmos para as DC vigente encontramos como atuação profissional entre outras questões, “sustentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável“ (artigo 4º §1º atuais Diretrizes), nos questionamos neste momento

então, saudável a ativo para quem? Quem tem condições hoje de manter este estilo de vida? Quem tem condições de pagar por este estilo de vida?

O projeto pedagógico também se diferencia nas duas propostas, o MEEF traz o trabalho pedagógico como base, o compromisso social para a superação da sociedade de classes, a consistente formação teórica, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a indissociabilidade entre teoria e prática, o tratamento coletivo na produção do conhecimento científico, a articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica, a partir de complexos temáticos[11], a avaliação em todos os âmbitos e dimensões permanentemente, formação continuada, autonomia institucional, gestão democrática e condições adequadas de trabalho (artigo 5º proposta MEEF). Já as atuais DC no mesmo artigo traz os seguintes princípios:

> A Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física nos seguintes princípios:
> a) autonomia institucional;
> b) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
> c) graduação como formação inicial;
> d) formação continuada;
> e) ética pessoal e profissional;
> f) ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
> g) construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
> h) abordagem interdisciplinar do conhecimento;
> i) indissociabilidade teoria-prática;
> j) articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

A identidade profissional da Licenciatura Ampliada pauta-se, portanto em uma formação humana omnilateral, e tem esta formação como concepção nuclear do currículo de formação, toma desta forma um posicionamento político de transformação social frente à realidade.

Nas atuais DC, as competências e habilidades balizam a formação profissional, ou seja, as relações de trabalho são permeadas por competências, por padrões que precisam ser alcançados; o rendimento ordena as relações, há a utilização do exército de reserva para acirrar a competição entre as trabalhadoras

[11] Para melhor entendimento da organização de complexos temáticos ver PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo, Expressão Popular, 2000.

e trabalhadores, vence quem for melhor. Competências e habilidades formam a trabalhadora e o trabalhador adaptados a ordem social vigente, qualidade, eficiência e resolutividade são as palavras de ordem, que servem às necessidades mercado de trabalho.

Tanto a proposta do MEEF quanto as atuais DC trazem em suas propostas de formação, conhecimentos de formação ampliada e os conhecimentos identificadores da área de Educação Física. O MEEF traz como conhecimentos de formação ampliada a relação ser humano-natureza, ser humano-sociedade, ser humano-trabalho e ser humano-educação, tendo como visão de formação ampliada a formação humana em sua totalidade. As DC em vigor tem como conhecimentos de formação ampliada a relação ser humano sociedade, biológica do corpo humano e a produção do conhecimento científico e tecnológico, caracterizando portanto um grande retrocesso na área, a falsa dicotomização entre ser social e ser biológico, que reforça a lógica do currículo baseado em conhecimentos fragmentados.

Nos conhecimentos identificadores da área o MEEF traz a cultura corporal e a natureza humana, a cultura corporal e a territorialidade, a cultura corporal e o trabalho e a cultura corporal e a política cultural, mostrando claramente a opção pela classe trabalhadora na construção do conhecimento da área. As atuais DC nos conhecimentos identificadores da área trazem: as dimensões culturais do movimento humano, técnico instrumentais e didático pedagógicas, não optando claramente sobre a concepção de área, sujeitando-se ao que é hegemônico na formação hoje: a fragmentação e a preparação técnica para o mercado de trabalho.

Para o MEEF a prática de ensino deve ser desenvolvida desde o princípio do curso, o que demonstra uma preocupação real em colocar as/os estudantes frente as contradições sociais e a realidade, desde o momento em que ingressam no curso. Também está presente em sua proposta a exigência de iniciação científica orientada por professores pesquisadores e linhas de pesquisa, o que culmina com o trabalho de conclusão de curso, uma monografia de base, tendo esta como importante eixo para a formação humana, diferentemente das atuais

diretrizes que apenas indicam a “elaboração de um trabalho de curso” (artigo 11º atuais DC).

Abordamos alguns dos principais pontos presentes nas duas propostas de DC. Dentro do movimento estudantil temos claro também outras questões que devem permear a formação de trabalhadoras e trabalhadores em Educação Física, estas questões também serão colocadas para que possamos nos aprofundar em relação à discussão da formação profissional.

Defendemos também uma formação sólida, dentro de uma universidade pública gratuita e de qualidade, pautadas no ensino, na pesquisa e na extensão, com financiamento total do Estado. Temos a visão da universidade como uma Instituição Social e não como uma Organização Social, seus conhecimentos devem ser voltados para as necessidades da comunidade e não para as demandas do mercado de trabalho. Entendemos a professora e o professor, como passíveis de aprendizado, como mediadores da construção do conhecimento e do processo de ensino/aprendizagem, capazes de intervir criticamente em sua realidade.

Ter a prática de ensino como eixo articulador de conhecimento e os estágios curriculares, independente da área de atuação, com referência social, não estágios exploratórios que tornam o estagiário um “escraviário”, como costumamos comentar internamente, e que levam as/os estudantes a voltarem sua formação para as necessidades do mercado de trabalho, para as competências e habilidades e não ao retorno dos conhecimentos para o desenvolvimento social.

Garantir a formação em Licenciatura Ampliada, mínima de quatro anos, pautada na cultura corporal, na prática pedagógica, na indissociabilidade entre teoria e prática, não na dicotomização entre o ser social e ser biológico, na formação humana voltada para as necessidades da comunidade e na transformação social, são pré requisitos mínimos para uma proposta de DC.

Notamos que as concepções de formação e de sociedade são explicitamente antagônicas entre a proposta do MEEF e as atuais DC para a Educação Física. Em nossos “apontamentos para discussão”, que assim

denominamos a parte final desta monografia, pois sabemos que este trabalho só realizou uma pequena discussão sobre as Diretrizes Curriculares sob o ponto de vista de uma militante do Movimento Estudantil, e que ainda há muito trabalho e discussões para serem realizadas daqui pra frente...

Após percorrermos o caminho para a construção desta monografia, responderemos a nossa pergunta inicial: **A proposta de Diretrizes vigente e a proposta do Movimento Estudantil de Educação Física: quais projetos de formação e sociedade são defendidos?**

Está na hora de “finalizar”... Vamos lá?

6. APONTAMENTOS PARA DISCUSSÃO

"É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho. De observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles".
(Vladmir Lenin)

Concepções de formação e de sociedade são explicitamente antagônicas ao compararmos a proposta de formação do MEEF com as atuais DC para a Educação Física. A fragmentação entre Licenciatura e bacharelado que fragiliza ainda mais as trabalhadoras e trabalhadores em Educação Física não está presente na concepção de formação que o MEEF propõe, pois o Movimento traz como princípio básico a Licenciatura ampliada, superando a falsa dicotomização em nossa área.

Está claro que as atuais DC coadunam com as políticas que vem sendo aplicadas na educação brasileira, privatização, competição extrema para a manutenção de emprego, que sabemos que não está garantido, devido ao desemprego estrutural em que esta calcada a sociedade capitalista, amoldamento e manutenção ao Estado Neoliberal, é a concepção de formação presente nas atuais DC em que estamos nos formando.

Já o MEEF, vem com uma proposta contra hegemônica de formação, a Licenciatura Ampliada, a docência como base de formação, a visão ampla sobre todos os campos de atuação que compõe a Educação Física, a possibilidade de sólida formação teórica, a especialização posterior a graduação (contra a especialização precoce ao que estamos nos submetendo). Formar criticamente dentro de uma luta histórica por uma sociedade justa e igualitária, dentro de condições que permitirão aos estudantes questionar e intervir criticamente em nossa realidade.

Quando afirmamos que as atuais DC formam com a intenção de manutenção da sociedade capitalista, podemos conseqüentemente entender que o projeto de sociedade que ela defende, é o projeto de sociedade capitalista, onde uma minoria que detém os meios de produção, sobrepuja a maioria, oprimida,

assalariada, que sofre em seu cotidiano a realidade da exploração, da falta de condições dignas de vida. Temos hoje no Brasil, mais de 25% da população vivendo abaixo da linha da pobreza (dados de amostragem da Fundação Getúlio Vargas 2004), ou seja mais de 50 milhões de brasileiros não têm condições mínimas de sobrevivência, pois não são nem considerados pobres... Será que queremos manter a sociedade da forma como ela está organizada? Será que queremos continuar indo para nossas aulas e esquecendo que existe um mundo lá fora, que vai muito além dos nossos cursos?

A resposta do MEEF a estas perguntas foi um “não” categórico, ao ter em sua proposta valores pautados na construção de uma sociedade Socialista. No último ENEEF este ano em Salvador-BA, mais uma vez, as/os estudantes reunidos decidiram por defender a construção de uma sociedade Socialista como bandeira de luta. Ao se contrapor aos valores, as políticas e a toda a estrutura da sociedade capitalista em que vivemos, o MEEF traz em sua proposta o projeto histórico de sociedade socialista, como única saída para superação das contradições da sociedade, para o fim da miséria, da diferença de classes e da concentração de renda na mão de poucos.

Necessitamos de uma sólida formação humana para possibilitarmos em nossas intervenções a formação de seres humanos críticos, autônomos e conscientes, capazes de intervir na realidade, que a vejam a si mesmos como partes de uma história de luta, dificuldades e resistência junto à possibilidade de construção de outras relações humanas que auxiliem no processo de transformação da nossa sociedade.

O Movimento vem resistindo cotidianamente, organizando e partindo para o enfrentamento, ações como a ocupação no CNE em 2004 demonstram isso, a construção de um seminário amplo de discussão de DC no Brasil, retirando as discussões que ficaram restritas as comissões de especialistas e possibilitando as/aos estudantes de todo o país conhecerem, opinarem e auxiliarem na construção de suas próprias formações, demonstrando que existe a possibilidade de “re” pensarmos as DC.

Estamos lutando pelo processo de revogação das atuais DC que vão contra todos os princípios defendidos pelo Movimento. A nossa postura frente às DC é de resistência, não aceitamos e nem vamos aceitar a formação que nos é imposta, vamos intervir no processo e continuar aglutinando forças com aqueles que defendem a classe trabalhadora e continuar no enfrentamento contra aqueles que defendem a burguesia. A transformação da nossa formação, da sociedade, é construída na luta em nosso dia-a-dia, dentro de nossos cursos, ao mesmo tempo em que nacionalmente a resistência também é realizada. A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, parte para a construção de seu XVVII Encontro Nacional que realizar-se-á em Goiânia-GO, na Universidade Estadual de Goiás, além da construção de seis encontros regionais que acontecerão em diferentes locais do nosso país, antes do XXVII ENEEF.

Partimos para o enfrentamento independente dos ataques a que estamos sendo submetidos, seja pelo Governo Neoliberal implantado hoje no Brasil, ou mesmo dentro da própria Educação Física, pelo sistema CONFEF/CREFs (Conselho Nacional e Regionais de Educação Física), que são os maiores defensores da formação fragmentada, já que sua própria existência vem no sentido da fragmentação da classe trabalhadora, a chamada regulamentação da profissão de Educação Física[12].

Entendemos, portanto que a construção de DC que proporcionem uma formação crítica e superadora, não podem deixar de realizar um enfrentamento ao projeto de educação neoliberal hegemonicamente defendido hoje. A nossa formação deve nos proporcionar a possibilidade de repensar as relações humanas e a estrutura da sociedade como um todo.Trabalhar com a Formação Humana[13] junto aos Movimentos Sociais Populares, aos setores de resistência é necessário para que coletivamente possamos mudar a realidade explicitada no poema abaixo:

---

[12] O MEEF tem se posicionado contrário a regulamentação da profissão muitos antes da existência do sistema CONFEF/CREF, para maior entendimento do processo de regulamentação ver: **NOZAKI, H. Educação Física e reordenamento no Mundo do Trabalho: Mediações da regulamentação da profissão.** Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense,2004.

[13] O MEEF entende a formação crítica e superadora do ser humanano em sua totalidade como formação humana.

> ”Vi ontem um bicho
> Na imundície do pátio
> Catando comida entre os detritos.
> Quando achava alguma coisa,
> Não examinava nem cheirava:
> Engolia com voracidade.
> O bicho não era um cão,
> Não era um gato,
> Não era um rato.
> O bicho, meu Deus, era um homem” (O Bicho, Manuel Bandeira, 1947).

Não podemos deixar que existam mulheres e homens sem condições de sobreviver, **“catando comida entre os detritos”**... Necessitamos que nos enxerguemos como sujeitos históricos e transformadores, que entendamos que nosso envolvimento orgânico com a luta pela emancipação da classe trabalhadora é imprescindível para que mudanças aconteçam. O momento é de enfrentamento e de organização, sabemos que vivemos em uma sociedade contraditória e desigual, a Sociedade Capitalista, e temos bem claro a sociedade que queremos construir: justa, humana e igualitária, capaz de superar as contradições do capitalismo, a Sociedade Socialista...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo.** In SADER, E. at all. Pós-Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra,1998.

ANDES. **Implementação da contra-reforma da educação superior: um estudo preliminar do GTPE do ANDES-SN.** Texto elaborado na reunião do GTPE realizada em Brasília, nos dias 21 e 22 de maio de 2005

ARANHA, M. e MARTINS,M. **Filosofando Introdução a Filosofia.** São Paulo: Moderna,1990.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

CHAUÍ, M. **A Universidade Pública sob Nova Perspectiva**. Conferência de Abertura da ANPED, Poços de Caldas, 05/10/2003.

_____. **Universidade em Liquidação**. Folha de São Paulo, 11 de julho de 1999.

COGGIOLA, O. **A política externa do governo Lula e a ALCA**. www.brasilnews.com.br . 2003

_____. **A América latina, fin-de-siècle.** www.correiocidadania.com.br. 1999

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**,** CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução n 07 de 31 de março de 2004.**

EXNEEF. **Contribuição da ExNEEF para a Discusão das diretrizes Curriculares dos Cursos de Educação Física.** Curitiba, 2004.

_____. **Dossiê de Diretrizes Curriculares**. Salvador 2005.

_____. **Movimento Estudantil e Currículo**. Caderno de Debates. Pelotas: Editora UFPel, 1995.

_____**.Movimento Estudantil e Socialismo**. Caderno de Debates.Curitiba: Imprensa Universitária UFPR, 2000.

_____. **Proposta de Diretrizes Curriculares do Movimento Estudantil de Educação Física.** Curitiba 2003.

FUIGUEIREDO, N. e FIGUEIREDO, Z. **Formação Profissional em educação Física Brasileira: uma súmula das discussões dos anos 2001 a 2004**. In Educação Física Escolar, política, investigação e interação. Vitória : LESEF/UFES NEPECC/UFU,2004.

FRIGOTTO, G. **Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática**. In GENTILLI,P. SILVA, T (orgs). Neoliberalismo, Qualidade total e Educação. Petrópolis: Vozes,1999.

FURTADO, R. **Diretrizes Curriculares para a Educação Física**:**A formação profissional em questão.** Monografia de conclusão de curso em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná, 2003.

GENNARI, E. **Sindicatos e organização de base Passos e tropeços de ontem e hoje**.São Paulo: CPV 1999.

GENTILLI,P. **Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário**. In: SILVA, T. GENTILLI, P. (orgs).Escola SA: quem ganha quem e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996.

_____. **O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional.** In GENTILLI,P. SILVA, T (orgs). Neoliberalismo, Qualidade total e Educação. Petrópolis: Vozes,1999.

GONÇALVES, F . **As metodologias do ensino da Educação Física e os projetos de racionalidade**. Monografia de Conclusão de curso Universidade Federal do Paraná, 2003.

JANATA, N. **A Educação Física inserida no contexto educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Monografia de conclusão de curso em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná, 1999.

LACKS, S. e TAFFAREL, C. **Política de formação profissional e educação física: conflitos e confrontos entre MEC/CNE, ANFOPE e CONFEF.** 2001

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo, Editora Martin Claret, 2004.

MINAYO, M. **Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NOZAKI, H. **Crise do capital e formação humana: a educação física e o mundo do trabalho.** FAEFID/UFJF. Juiz de Fora – Minas Gerais, 2001.

_____**.Educação Física e reordenamento no Mundo do Trabalho: Mediações da regulamentação da profissão.** Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense,2004.

RODRIGUES, M. **Cartilhas da Dominação**; Curitiba, Editora UFPR,1991.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum a consciência Filosófica**. 5ª edição. São Paulo: Cortez,1985.

SOUZA JR, J. **Trabalho, Estado e Escola – Crises que se entrecruzam**. Grupo de Trabalho 9 (Trabalho e Educação) ANPED. www.anped.org.br 2002

TAFAREL, C. **A Formação Profissional e as diretrizes curriculares do programa nacional de graduação: o assalto às consciências e o amoldamento subjetivo.** In Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 11,1999, Florianópolis. Anais do XI CONBRACE. Florianópolis: Serigraf 1999.

_____.**Sociedade e Cultura.** Palestra proferida no XXIV Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física, Curitiba-PR 24 de agosto de 2003.

THERBORN, G. BORÓN e A. PERRY, A. **Pós Neoliberalismo**. In SADER, E. at all. Pós-Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SCHERER, V. **Análise Político-Econômica do Estado Brasileiro nos últimos 10 anos.** São Paulo: Editora Educativa, 2001

VENTURA, P**. Diretrizes Curriculares para a formação em Educação Física** Texto 12. ESEFEGO, 2004.

ANEXOS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N° 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004.(*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea "c", da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 58/2004, de 18 de fevereiro de 2004, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 18 de março de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, assim como estabelece orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de graduados em Educação Física definem os princípios, as condições e os procedimentos para a formação dos profissionais de Educação Física, estabelecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, no desenvolvimento e na avaliação do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Art. 4º O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

§ 1º O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

§ 2º O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução.

Art. 5º A Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física nos seguintes princípios:
a) autonomia institucional;
b) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
c) graduação como formação inicial;
d) formação continuada;
e) ética pessoal e profissional;
f) ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
g) construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
h) abordagem interdisciplinar do conhecimento;
i) indissociabilidade teoria-prática;
j) articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

Art. 6º As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física.

§ 1º A formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;

- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável;

- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do

lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;

- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional;

- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

§ 2º As Instituições de Ensino Superior poderão incorporar outras competências e habilidades que se mostrem adequadas e coerentes com seus projetos pedagógicos.

§ 3º A definição das competências e habilidades gerais e específicas que caracterizarão o perfil acadêmico-profissional do Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá pautar-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação.

Art. 7º Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

§ 1º A Formação Ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:
a) Relação ser humano-sociedade;
b) Biológica do corpo humano;
c) Produção do conhecimento científico e tecnológico.

§ 2º A Formação Específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões:

a) Culturais do movimento humano;
b) Técnico-instrumental;
c) Didático-pedagógico.

§ 3º A critério da Instituição de Ensino Superior, o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física poderá propor um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, utilizando até 20% da carga horária total, articulando as unidades de conhecimento e de experiências que o caracterizarão.

§ 4º As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física.

Art. 8º Para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano.

Art. 9º O tempo mínimo para integralização do curso de graduação em Educação Física será definido em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 10. A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da *prática como componente curricular*, *estágio profissional curricular supervisionado* e *atividades complementares*.

§ 1º A *prática como componente curricular* deverá ser contemplada no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, desde o início do curso.

§ 2º O *estágio profissional curricular* representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso:
I - o caso da Instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, como estabelece o Art. 7º, § 1º desta Resolução, 40% da carga horária do *estágio profissional curricular* supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.

§ 3º As *atividades complementares* deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos.

§ 4º A carga horária para o desenvolvimento das experiências aludidas no caput deste Artigo será definida em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 11. Para a integralização da formação do graduado em Educação Física poderá ser exigida, pela instituição, a elaboração de um trabalho de do curso, sob a orientação acadêmica de professor qualificado.

Art. 12. Na organização do curso de graduação em Educação Física deverá ser indicada à modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 13. A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

§ 1º A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

§ 2º As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 14. A duração do curso de graduação em Educação Física será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES
Presidente da Câmara de Educação Superior em exercício

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO

"CARTA DE VITÓRIA"

Carta do GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho, à Direção Nacional do CBCE e aos sócios deste Colégio, elaborada por ocasião da reunião de trabalho do GTT

Vitória do Espírito Santo, 14 de dezembro de 2003.

O Comitê Científico do GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho do CBCE, reunido em Vitória, de 12 a 14 de dezembro, para discutir uma pauta pré-agendada dentro da dinâmica estabelecida em Caxambú, quando da realização do XII CONBRACE, para uma melhor estruturação do Grupo, incluindo a perspectiva de subsidiar o CBCE/DN, nas políticas sobre formação profissional, em função de fatos que cercaram/cercam o processo de aprovação das Diretrizes Curriculares específicas para a área da Educação Física, após estudos e reflexões, faz os encaminhamentos[1] que se seguem:

01. Inicialmente, nos confessamos bastante surpresos sobre a veiculação nesta semana, via internet, do apoio que o CBCE/DN oferece à proposta da COESP, pois, apesar de ser do conhecimento de que estaríamos reunidos neste período, imaginamos que haveria minimamente alguma consulta ao GTT, a respeito do tema; no entanto, só tomamos conhecimento de tal fato, no sábado, dia 13, já que a mensagem de apoio não veiculou na lista do Grupo.

02. Faz-se importante também, ratificar a posição assumida nesta mensagem em referência no item anterior, de que o CBCE esteve presente de forma concreta nos trabalhos de construção do documento intitulado de "substitutivo" do Parecer CNE 0138/02, através da Professora Zenólia Figueiredo, a qual, inicialmente, "parece" não ter sido convidada nesta condição, mas assim se efetivou durante o processo. O GTT, por maioria de seus membros entende ser esta uma posição elementar, para que a sócia/pesquisadora não se consolide historicamente, como a responsável pelas conseqüências advindas do substitutivo, se aprovado, por duas razões relevantes:

2.1. A Professora Zenólia Figueiredo está, neste momento, solidária e fiel à posição sustentada pelo CBCE/DN, que já há algum tempo, demonstra uma tendência de apoiar um documento que, em última análise, se apresentasse melhor que o Parece CNE/0138/02.

2.2. A Sócia Pesquisadora, no interior da COESP, por várias vezes provocou embates e conflitos por tentar avançar na propostas da Comissão; em outros espaços, sua posição, por meio de textos e artigos elaborados, de palestras e debates públicos dos quais participou, mostram com clareza, inúmeras discordâncias daquilo que está posto no documento.

03. É necessário resgatar que, durante o XIII CONBRACE, houve um Seminário de Aprofundamento, mediado pelo Prof. Nivaldo Antonio David, membro deste GTT, onde estiveram presentes todo este Comitê Científico, muitos componentes do GTT, dois membros da COESP, quando o debate pontuou claramente quais as questões que, minimamente, deveriam avançar no processo; foi um momento em que, as pessoas que discutem formação profissional no interior deste Colégio, apresentaram de forma inequívoca, os pontos que necessitam de avanços.

04. A respeito do Parecer CNE-CES 0138/02, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, este GT tem claro que o mesmo reúne um amontoado de equívocos epistemológicos, pedagógicos, históricos e de outras montas, o que representa um atraso de décadas para a área, desqualificando o processo de formação profissional na Educação Física brasileira. Diretrizes Curriculares vinculadas a este Parecer, seriam garantidas e consolidadas por meio dos mecanismos de avaliação, onde os cursos, para receberem credenciamento e/ou recredenciamento, seriam balizados por avaliações, cujos instrumentos implicariam relacionar o projeto pedagógico desses cursos com as diretrizes curriculares para a área, garantindo assim a influência do referido parecer nos currículos das diversas IES que oferecem formação profissional em Educação Física, subsumindo os primeiros, ao segundo. *Para dirimir qualquer dúvida, esclarecemos "nossa rejeição veemente" ao Parecer CNE/CES 0138/02.*

05. Por fim, tornando-se o principal ponto de pauta desta reunião, entre as estratégias definidas pelos componentes, encaminhamos cópias de nosso parecer "sobre a proposta substitutiva" da COESP, pelas mãos do Prof. Nivaldo Antonio David, indicado para representar o Comitê Científico nas Audiências Públicas que o Conselho Nacional de Educação realizará em Brasília, dias 15 e 16 deste mês, entregando ao/a Representante do CBCE/DN, a posição construída nesta reunião de Vitória. Assim, anexamos a posição/parecer:

Sendo o encaminhamento/posição que o Comitê Científico tem a fazer, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Comitê Científico do GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho

[1] Esse documento foi aprovado por maioria com apenas um voto contrário da professora Zenólia C. Campos Figueiredo. Segue a declaração de voto: "Apesar de ter a clareza de que as Diretrizes Curriculares da Educação Física, elaboradas pela Comissão de Especialistas da SESu/MEC, não representam uma mudança esperada por parte significativa dos professores da área, sou favorável a proposta apresentada por considerá-la o avanço possível para o atual momento histórico porque passa a Educação Física brasileira. Penso que a proposta avança bastante se comparada ao Parecer n. 138."

Governo oferece reajuste de até 34% a professores

Docentes de universidades querem garantir para inativos, porém, os mesmos percentuais oferecidos aos ativos

Carolina Brígido

• BRASÍLIA. O governo federal fez ontem a terceira proposta de reajuste salarial em menos de um mês aos professores de universidades federais, que ameaçam entrar em greve no próximo dia 5. A proposta do governo para 75% dos professores, que se dedicam exclusivamente às universidades, é de reajuste entre 15,15% e 19,95%. Para os outros, os índices variam de 10,15% a 34,52%. Já aposentados e pensionistas teriam reajustes entre 12,52% e 17,14%.

A categoria ainda reivindica para os servidores inativos, porém, o mesmo percentual concedido aos ativos. Após reunião ontem com representantes dos ministérios da Educação e do Planejamento, a diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) disse que estudará a proposta do governo.

Só com o reajuste dos professores, o impacto para os cofres públicos seria de R$ 372 milhões este ano e de R$ 538 milhões em 2005.

— Este é o reajuste possível. A proposta inicial do Andes custaria quase R$ 3 bilhões. Não temos este dinheiro — disse o secretário-executivo adjunto do MEC, Jairo Jorge.

A fórmula sugerida pelo governo consiste em aumentar de 60% para 65% a Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Em propostas anteriores, o governo chegou a sugerir a extinção da GED em troca de percentuais mais elevados que incidiriam diretamente no salário-base, mas a Andes recusou.

Ontem, ao anunciar a nova proposta, Jairo Jorge disse que, se os professores a aceitarem, o governo enviará o projeto de lei para o Congresso em no máximo 15 dias. Jorge afirmou que a proposta é uma tentativa de evitar a greve dos professores e de fazer com que os associados da Fasubra, em greve há um mês, voltem ao trabalho logo para não prejudicar o andamento do próximo semestre letivo nas universidades:

— O governo está preocupado com essa questão, daí o esforço em resolver isso o mais breve possível. Acredito que haja um caminho aberto para o entendimento.

Andes agora diz que houve retrocesso

O vice-presidente do Andes, José Domingues, não estava tão confiante na possibilidade de evitar a greve. Ao fim da reunião com os representantes do governo, ele classificou a proposta de retrocesso. Segundo Domingues, o governo já havia acenado antes com a disposição de conceder aos inativos o mesmo reajuste dos ativos.

— A proposta tem uma série de problemas. Houve um retrocesso no que estava sendo discutido — disse Domingues.

A diretoria do Andes se reunirá amanhã, em Brasília, para discutir os percentuais apresentados pelo governo. Em seguida, os números serão repassados para as assembléias estaduais, que darão o parecer final sobre a proposta. Se ela for rejeitada, a categoria ameaça com uma greve por tempo indeterminado. Domingues disse acreditar mais nesta possibilidade.

— Vamos esperar o posicionamento das assembléias da semana que vem para decidir como proceder — disse o vice-presidente do Andes. ■

Estudantes invadem sede do CNE

Universitários protestavam contra mudanças no curso de educação física

Demétrio Weber

• BRASÍLIA. Cerca de 300 estudantes de educação física invadiram ontem a sede do Conselho Nacional de Educação (CNE). Reunidos em Brasília para um encontro nacional, eles decidiram invadir o prédio em protesto contra a reforma universitária e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e, acima de tudo, para reivindicar a revogação de uma resolução do conselho que altera o funcionamento dos cursos de educação física.

Ailton de Freitas

ALUNOS DE EDUCAÇÃO física no prédio do CNE: manifestação contra mudanças no funcionamento do curso

O grupo chegou ao CNE por volta das 9h30m e só deixou o local à noite. A manifestação foi pacífica, mas houve momentos de tensão, quando os alunos impediram por alguns instantes a saída ou a entrada de servidores.

Os estudantes queriam falar com o presidente do conselho, Roberto Claudio Bezerra, que não estava na cidade. Em seu lugar, o Ministério da Educação (MEC) enviou o secretário de Educação Superior, Nelson Maculan, e o chefe de gabinete do ministro Tarso Genro, Ronaldo Teixeira. Houve duas reuniões nas quais o MEC propôs novos encontros para discutir às reivindicações dos alunos.

Os estudantes permaneceram no prédio e ficaram de dar uma resposta às 21h. Quando retornou ao local, por volta das 20h30m, Teixeira disse não ter encontrado alunos.

— Eles foram embora e deixaram o recado que divulgarão uma nota. Nossa disposição para o diálogo neutralizou o protesto — disse o chefe de gabinete do ministro Tarso Genro.

A manifestação foi organizada pela Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física. A entidade é contrária à divisão do curso em duas modalidades: licenciatura, que forma professores para a rede regular de ensino, e bacharelado, que permite o trabalho em academias de ginástica. A executiva defende a existência de uma licenciatura plena, que deixe os formados aptos a trabalhar em qualquer atividade.

A estudante Karine Dalsin, de 25 anos, participou da manifestação. Ela é aluna da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e disse que a União Nacional dos Estudantes (UNE) não representa o grupo. A UNE é favorável à reforma universitária.

— A UNE não nos representa — disse Karine, criticando também a aplicação em novembro do Enade, teste que substitui o extinto Provão, aos estudantes do primeiro e do último ano de todos os cursos de educação física no país.

— Eles demonstraram desconhecer as propostas do governo para a reforma universitária. E foram embora sem dar resposta ao nosso chamamento para uma audiência pública em que discutiríamos o assunto — disse Teixeira.

Estudantes invadem conselho

HÉRCULES BARROS
DA EQUIPE DO CORREIO

Em uma ação silenciosa, estudantes do curso de Educação Física de todo o Brasil ocuparam ontem a sede do Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação (MEC). O movimento pacífico reuniu cerca de 200 estudantes. Eles são contrários à reforma universitária e às decisões do CNE referentes à aprovação das diretrizes curriculares da área. Os graduandos reclamam também do fato de apenas especialistas integrarem a comissão de avaliação do novo currículo do curso.

No momento da invasão, os funcionários do CNE chegavam para trabalhar e não ofereceram resistência à entrada dos estudantes. A Polícia Militar acompanhou o movimento de longe. Segundo o tenente da PM Elias Costa, a manifestação surpreendeu pela discrição. "Como a maioria é de fora, a gente não ficou sabendo do protesto", conta.

MAIS DE 200 ALUNOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE TODO O PAÍS PRESSIONAM EM BRASÍLIA PARA PARTICIPAR DA REFORMA DO CURRÍCULO DO CURSO

Negociações

Representantes do MEC apareceram no edifício por volta do meio-dia para ouvir os universitários e iniciar as negociações. A sugestão do MEC é que os estudantes constituam uma comissão para discutir as reivindicações específicas da área de Educação Física. O grupo participaria das reuniões do CNE na próxima terça e quarta-feira, mas os estudantes não aceitaram a proposta do governo. Têm pressa para resolver a questão até hoje.

O representante da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF), Bruno Adriano Rodrigues da Silva, exige a revogação das atuais diretrizes curriculares. "Em dezembro, a gente veio para uma audiência pública no CNE. Eles não esperavam a nossa participação e adiaram tudo. Chamaram a gente para negociar depois, quando as diretrizes já estavam praticamente concluídas", reclama.

Só especialistas

Segundo Bruno, as diretrizes da graduação que fragmentam o curso em duas áreas específicas, bacharel e licenciatura, foram decididas apenas com a participação de especialistas do Conselho Federal de Educação Física. "O processo é antidemocrático e não ouviu a sociedade", diz.

O desmembramento da licenciatura plena é definido pela Lei de Diretrizes e Base (LDB). "Fragmentar é fazer especialização precoce", afirma Marcos Flávio de Oliveira, estudante do 5º semestre de Educação Física da Universidade Estadual de Goiás.

A reforma universitária é outra preocupação dos manifestantes. Eles acreditam que ela está atrelada a interesses da iniciativa privada. "As fundações que hoje estão atuando nas universidades não têm clareza em seus investimentos", alerta Ana Paula Alves, da Universidade Federal do Paraná.

Os manifestantes deixaram o prédio do CNE por volta das 20h30 sem fechar acordo com representantes do governo. Eles querem voltar na próxima semana.

O QUE ELES QUEREM

- Revogação da Resolução Nº 7 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 5 de abril de 2004, que trata das novas diretrizes curriculares do curso de graduação de Educação Física. O curso, conforme a resolução, será desmembrado nas áreas de bacharelado e licenciatura. Os bacharéis atuariam em academias, clubes etc, e os licenciados se tornariam professores. Os estudantes querem evitar a especialização precoce e para fins exclusivos de mercado.
- Os estudantes sugerem uma licenciatura ampliada, que concentre todos os campos de atuação do profissional de Educação Física
- Revogação da portaria nº 62 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), de 3 de julho de 2004, que institui uma comissão para realizar o Provão no curso de Educação Física, formada apenas por membros do Conselho Federal de Educação Física. Os alunos querem que estudantes e professores façam parte da comissão.
- Reabertura do processo de decisão das diretrizes curriculares

EDUCAÇÃO *Consórcio que perdeu concorrência para aplicar exame do ensino médio obtém liminar para que propostas sejam reavaliadas*

Disputa judicial volta a pôr Enem em risco

ANTONIO GOIS
DA SUCURSAL DO RIO

LUCIANA CONSTANTINO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um consórcio formado por fundações da UnB (Universidade de Brasília) e da Unesp (Universidade Estadual Paulista) está novamente contestando na Justiça a licitação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), prova do Ministério da Educação que será realizada em 29 de agosto por quase 2 milhões de estudantes.

No ano passado, uma liminar (decisão provisória) que contestava o resultado da licitação, ganha pela Fundação Cesgranrio, quase adiou o exame. Neste ano, a licitação foi novamente ganha pela Cesgranrio, mas o consórcio perdedor conseguiu na Justiça liminar que determina que o MEC reexamine a proposta apresentada por cada grupo. O ministério, que recorreu, diz que ainda não há risco de adiamento da prova.

A decisão foi tomada pelo juiz Itagiba Preta Neto, da 4ª Vara Federal em Brasília. A alegação do consórcio formado pela Vunesp e pela Cespe (UnB) é que, ao detalhar sua proposta de formação de preços, a Cesgranrio deixou de incluir itens que seriam obrigatórios pelo edital.

A Cesgranrio defende que o detalhamento dos itens não era obrigatório, desde que a proposta não ultrapassasse o valor máximo estipulado pelo ministério.

A Procuradoria Geral do Inep (órgão do MEC que faz o Enem) já entrou com pedido de suspensão dessa decisão. O ministério também já encaminhou ao juiz que concedeu a liminar o reexame das notas de cada consórcio, em que reafirma que o vencedor foi a Cesgranrio. "O MEC entende que o contrato com a Cesgranrio é válido e que não houve vício na licitação. Estamos recorrendo dessa decisão porque, na nossa avaliação, ela pode tumultuar o exame", diz Jackson Costa Júnior, procurador-geral do Inep.

O valor da proposta apresentada pela Cesgranrio foi de R$ 34,2 milhões, R$ 1,7 milhão a menos do que a entregue pelo consórcio Cespe/Vunesp. Neste ano, a Cesgranrio —vencedora de todas as licitações do Enem desde a criação do exame, em 1998— ganhou a licitação nos dois critérios analisados: técnica e preço.

No ano passado, no entanto, a vitória da Cesgranrio tinha sido definida apenas no quesito técnica, já que o valor cobrado pelo grupo para fazer o exame foi de R$ 43 milhões, R$ 6,3 milhões a mais do que o apresentado pelo consórcio Cespe/Vunesp.

Diferença de valor

A diferença entre os valores que foram cobrados pela Cesgranrio no ano passado (R$ 43 milhões) e neste ano (R$ 34,2 milhões) está sendo contestada também pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), que entrou com uma representação no TCU (Tribunal de Contas da União) solicitando que sejam realizadas auditorias na licitação. Na opinião do deputado, a disparidade "denota ou o artificial subdimensionamento dos valores previstos para este ano ou o excessivo valor oferecido no ano anterior".

Segundo a Cesgranrio, a diferença nos preços acontece porque, entre outros fatores, o edital deste ano não obriga, como fazia o do ano passado, a fundação ganhadora a fazer a digitalização dos dados dos candidatos.

O Inep ainda não tem fechado o número de participantes do Enem neste ano. A estimativa é de que 1,9 milhão de estudantes façam a prova. Há 434 instituições de ensino superior no Brasil que utilizam o exame como um dos critérios em seus vestibulares.

Bruno Stuckert/Folha Imagem

PROTESTO EM BRASÍLIA Estudantes de educação física invadem o prédio do CNE (Conselho Nacional de Educação), no DF, para protestar contra a reforma universitária. Cerca de 300 universitários chegaram por volta das 9h e até as 17h30 não tinham deixado o local

EDUCAÇÃO

Governo oferece até 34% de reajuste a professores federais

Aumento representaria um impacto de R$ 370 milhões no orçamento em 2004

LÍGIA FORMENTI

BRASÍLIA – Os ministérios do Planejamento e da Educação fizeram ontem uma nova proposta para o reajuste dos salários de professores de instituições federais. Os servidores, que ameaçam iniciar uma greve caso um acordo não seja alcançado, devem avaliar as novas sugestões do governo. Uma nova reunião está marcada para quarta-feira.

O ministro da Educação, Tarso Genro, afirmou, no entanto, que o governo está trabalhando com o limite máximo de recursos para fazer os ajustes nos salários. "As reivindicações são históricas. Mas estamos colocando muito dinheiro para tentar resolver os problemas", completou. Se for aceita, a proposta terá um impacto no orçamento de R$ 370 milhões, somente em 2004 – o máximo que o governo diz poder investir.

O plano do governo pretende reduzir as diferenças salariais entre aposentados e ativos. Todos teriam um reajuste acima da inflação. O menor percentual de aumento seria de 10,15% e o maior, de 34,52%. A proposta também retira de uma gratificação criada em 1998, a GED, a vinculação com a produtividade. Com isso, todos os professores da ativa receberiam a gratificação.

Sergio Dutti/AE

Alunos de educação física invadem o Conselho Nacional de Educação

NOVA REUNIÃO SERÁ NA 4.ª-FEIRA

Paulo Rizzo, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), afirmou que a proposta ainda terá de ser analisada.

As negociações com funcionários das universidades federais, em greve há 36 dias, também estão paradas. Uma reunião marcada para ontem foi transferida para segunda-feira. Representantes da Federação do Sindicato de Trabalhadores de Universidades Brasileiras (Fasubra) deverão apresentar uma contraproposta para o governo: salário-base de três salários mínimos e uma diferença entre categorias correspondente a 4%. O governo havia proposto uma diferença de 3,37% e salário-base de R$ 701.

Protesto – Integrantes do ministério tiveram ainda de enfrentar ontem uma outra negociação. Pela manhã, cerca de 300 jovens da Executiva Nacional de Estudantes da Educação Física invadiram o prédio do Conselho Nacional de Educação (CNE), em protesto contra o fim do curso de licenciatura plena e para reivindicar maior participação na discussão da reforma universitária. Eles deixaram o prédio um pouco antes das 21 horas.

Brasília, 30 de Julho de 2004.

Ilmo. Sr. Dr. Roberto Cláudio Frota Bezerra
MD Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Os/as estudantes de Educação Física, reunidos/as no XXV Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF), realizado na Universidade de Brasília, no período de 24 a 31 de Julho de 2004, discutiram sobre as Políticas Públicas de Educação. Com base nessas discussões, somadas às reivindicações históricas do Movimento Estudantil para o campo educacional, os/as estudantes manifestam-se contrários à Reforma Universitária e às ações do Conselho Nacional de Educação, referentes à aprovação das Diretrizes Curriculares da área e à constituição da Comissão de Avaliação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, assim como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), não passaram por um amplo debate com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, sendo instituídos através de Comissões de Especialistas. Entendemos que esse processo não contempla uma construção efetivamente democrática, na medida em que não há participação nas decisões, que ficam limitadas a um grupo restrito de pessoas.

É importante ressaltar o papel estratégico que as Diretrizes curriculares e o Enade ocupam no processo de formação do/a trabalhador/a,uma vez que estas estão referenciadas em um projeto de sociedade, homem, educação, que não é neutro, mas sim que apontam diretrizes para a formação profissional na lógica do mercado que mantêm na essência a sociedade desigual e excludente que estamos inseridos.

Neste sentido, construímos a seguinte pauta de reivindicações:

- Revogação da Resolução nº 7 do CNE, de 05 de abril de 2004;
- Revogação da Portaria do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas nº 62, 03/06 de 2004.
- Implementação do Plano Nacional de Educação construído pela sociedade Brasileira;
- Revogação de todas as comissões de especialistas;
- Revogação da Resolução 01 e 02 de 2002, que voga pela formação de professores;
- Reabertura do processo de decisão das diretrizes curriculares;
- Audiência Pública

Entendemos que estas reivindicações são legítimas, pois partem de um coletivo organizado. Neste sentido, esperamos uma resposta imediata dos membros do Conselho, frente a esta pauta.

XXV Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física.
Brasília, 30 de julho de 2004.

Rua Coração de Maria , n. 92 Jardim Botânico, Curitiba - Paraná CEP: 80215 370
E-mail: meef@grupos.com.br

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MINUTA DE RESOLUÇÃO

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea "C", da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES _____/____, de __ de _____ de 2004, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em __ de _____ de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º – A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física, a serem observadas na organização curricular das Instituições do Sistema de Educação Superior do País.

Art. 2º – As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física - definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de profissionais de Educação Física, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física - das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º – A Educação Física é um campo acadêmico-profissional que se fundamenta em conhecimentos das ciências humanas, sociais, da saúde, exatas e da terra, da arte e da filosofia. Portanto, sua matriz científica é a historia, do homem e da natureza.

Art. 4º – O Curso de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da ação acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico e na reflexão filosófico tendo o trabalho como principio educativo.

Parágrafo Único – O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para conhecer, compreender e analisar criticamente a realidade social para nela agir por meio das diferentes manifestações e expressões da cultura corporal .

Art. 5º – A estrutura curricular do Curso de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física - deverá pautar-se em uma política global de formação humana omnilateral que observe os seguintes princípios:

1) trabalho pedagógico como base da identidade do profissional de Educação Física

2) compromisso social da formação na perspectiva da superação da sociedade de classes e do modo do capital organizar a vida

3) sólida e consistente formação teórica

4) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;

5) indissociabilidade teoria-prática;

6) tratamento coletivo, interdisciplinar e solidário na produção do conhecimento cientifico;

7) articulação entre conhecimentos de formação ampliada, formação específica e aprofundamento temático, a partir de complexos temáticos que assegurem a compreensão radical, de totalidade e de conjunto da realidade, na perspectiva da superação.

8) Avaliação em todos os âmbitos e dimensões (estudante, professor, planos e projetos, instituição) permanentemente.

9) formação continuada

10) respeito à autonomia institucional;

11) gestão democrática

12) condições objetivas adequadas de trabalho

Art. 6º – A identidade profissional baseada no trabalho pedagógico e a formação humana no sentido amplo, omnilateral, de natureza político-social, ético-moral, científico-pedagógica e técnico-profissional, deverão constituir a concepção nuclear do currículo de formação do licenciado em Educação Física.

Art. 7º – O currículo para o Curso de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física - será constituído por Conhecimentos de Formação Ampliada, Conhecimentos Identificadores da área da Educação Física e Conhecimentos Identificadores do Aprofundamento dos Estudos. 50% destes conhecimentos serão organizados em disciplinas e atividades de caráter obrigatório e 50% de caráter opcional.

Parágrafo 1º – Os Conhecimentos de Formação Ampliada abrangem as seguintes dimensões:

a) Relação ser humano – natureza

b) Relação ser humano - sociedade

c) Relação ser humano – trabalho

d) Relação ser humano - educação

Parágrafo 2º – Os Conhecimentos Identificadores da Educação Física abrangem as seguintes dimensões:

a) Cultura corporal e natureza humana

b) Cultura corporal e territorialidade

c) Cultura corporal e trabalho

d) Cultura corporal e política cultural

Parágrafo 3º – Os Conhecimentos do Campo de Aprofundamento da Educação Física são compreendidos como o conjunto de fundamentos específicos que tratam de singularidades e particularidades na elaboração, implantação, implementação e avaliação das ações acadêmico-profissionais em complexos temáticos .

I – Cada Instituição de Ensino Superior deverá propor seus complexos temáticos, definindo a articulação de conhecimentos e experiências que os caracterizarão devendo para tanto desenvolverem-se condições para as ações investigativa e de pesquisa.

Art. 8º – O tempo de integralização do Curso de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física - será definido pelas Instituições de Ensino Superior, respeitando o mínimo de duração e de carga horária de 4 anos e de 2.800 horas, respectivamente. Parágrafo Único – Da carga horária total, 30% (trinta por cento) será destinada ao Conhecimento de Formação Ampliada, 40% aos Conhecimentos Identificadores da Educação Física, e 30% aos Conhecimentos Identificadores de Aprofundamento da Educação Física, admitindo-se uma variação de até 5% para mais ou para menos. Do total 50% são créditos em disciplinas ou atividades de caráter obrigatórios e 50% créditos opcionais.

Art. 9º – A prática do ensino será desenvolvida desde o inicio do curso e deverá respeitar um mínimo de 400 horas e o Estágio Curricular ser obrigatório, a partir do cumprimento de 50% da carga horária total para integralizar o currículo, respeitando o mínimo de 400 horas, sendo, necessariamente, supervisionado pela instituição formadora e articulado a projetos de ensino-pesquisa-extensão.

Parágrafo 1º – Da carga horária total do Estágio Curricular, 60% deverá ser cumprida em diferentes campos de trabalho da Educação Física ao longo do curso – saúde, educação, lazer, alto rendimento , e 40% no campo de trabalho vinculado ao complexo temático de aprofundamento.

Parágrafo 2º – A carga horária do Estágio Curricular a ser cumprida ao longo do curso deverá ser computada no conjunto da carga horária destinada aos Conhecimentos Identificadores da Educação Física.

Parágrafo 3º – A carga horária do Estágio Curricular a ser cumprida no campo de trabalho vinculado ao complexo temático de aprofundamento deverá ser computada no conjunto da carga horária destinada aos Conhecimentos do Campo de Aprofundamento.

Art. 10 – Para os Cursos de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física - será exigida a iniciação científica orientada por professores pesquisadores articulados a grupos e linhas de pesquisa que culmine com a elaboração de um trabalho cientifico de conclusão, que caracterize uma monografia de base, articulados aos programas de iniciação cientifica, na forma definida pela própria Instituição de Ensino Superior.

Art. 11 – As atividades complementares deverão perfazer 200 horas e serem incrementadas ao longo do curso, devendo ser entendidas como conhecimentos adquiridos de forma autônoma pelo graduando por meio de estudos e de práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de estágios extracurriculares, programas de extensão, congressos, seminários e cursos, atividades estas a serem avaliadas e reconhecidas pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 12 – Na organização do Curso de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física - deverá ser indicada a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 13 – O Curso de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física deverá obedecer a legislação específica emanada do Conselho Nacional de Educação para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 14 – A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura Ampliada - Graduação em Educação Física - deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

Parágrafo 1º – A avaliação dos graduandos deverá basear-se nos princípios norteadores que assegurem uma consistente base teórica e as dimensões da formação omnilateral de

natureza político-social, ético-moral, científico-pedagógica e técnico-profissional e estabelecer nexos com a avaliação docente, dos planos e programas e avaliação institucional.

Parágrafo 2º – As metodologias e critérios empregados para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 15 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, de ---------- de 2004.

Presidente da CNE/CES